
As dificuldades de aprendizagem de leitura e escrita no contexto escolar

Difficulties in learning reading and writing in the school context

Leandro Teles Feitosa Júnior¹, Carlos Natanael Chagas Alves¹, Iza Mara de Souza Lopes¹, Maria do Perpétuo Socorro Teixeira Cavalcante¹, Francisco Marcelo Alves Braga Filho¹, Stela Lopes Soares¹

RESUMO

Este artigo pretende investigar as dificuldades de aprendizagem da leitura e escrita no contexto da escola. Após estudos bibliográficos, observou-se que os alunos apresentam deficiências nas habilidades de pré-leitura, tais como: discriminação e reconhecimento das palavras, problemas para compreender o que lêem, e diferenciar letras e símbolos. Espera-se que a partir do trabalho pedagógico os alunos aprendam leitura e escrita, bem como das suas práticas sociais, vendo a questão da aprendizagem não apenas como uma obrigação, mas como um prazer. O professor atual se obriga a buscar sugestões de atividades para tentar sanar as dificuldades no processo de leitura da criança, para que a mesma tenha um desenvolvimento normal em sua aprendizagem.

Palavras-chave: Dificuldades de aprendizagem; Leitura; Escrita; Criança.

ABSTRACT

This article aims to investigate the learning difficulties of reading and writing in the context of the school. After bibliographic studies, it was observed that students have deficiencies in pre-reading skills, such as: discrimination and recognition of words, problems to understand what they read, and differentiate letters and symbols. It is expected that from the pedagogical work students learn reading and writing, as well as their social practices, seeing the issue of learning not only as an obligation, but as a pleasure. The current teacher is obliged to seek suggestions of activities to try to address the difficulties in the child's reading process, so that the child has a normal development in his/her learning.

Keywords: [1-5]

INTRODUÇÃO

Sabe-se que em muitas escolas existem dificuldades de leitura e escrita, problemas estes, causados por diversos motivos, tais como: falta de acompanhamento em casa, desatenção, falta de motivação, baixa auto-estima deficiências e até mesmo dislexia. E por isso, é importante que na escola existam ações que assumam um posicionamento que

¹ Centro Universitário INTA

*E-mail: stela.soares@uninta.edu.br

leve o aluno a refletir e conscientizar-se que é preciso estudar para juntos, aluno e professor, fazer acontecer aprendizagem na escola.

Considerando todas essas questões é fácil perceber que apenas o professor não é o bastante para incentivar o aluno. É necessário que haja maior engajamento das partes envolvidas sabendo que Devido ao reduzido número de aulas e excessivo número de estudantes em sala torna-se impossível um tratamento personalizado para cada estudante, o que significa que cabe também aos pais observar e ajudar seus filhos a ter interesse por leitura e escrita que são conhecimentos essenciais atualmente

A escola tem como principal função ensinar a criança a ler e escrever fluentemente, mais a família precisa participar dessa etapa da vida das crianças que começa desde as creches e pré-escolas dando continuidade nas séries iniciais. O professor começa ajudar a desenvolver esse processo e tornar a leitura do aluno mais precisa e acadêmica tendo como desafio tornar isso interessante ao aluno.

A auto-estima e a motivação por ler precisam ser mantidas em sala de aula, de outra forma o desenvolvimento e evolução dos aprendizes ficam comprometidos. Eis aí um dos grandes desafios que os professores encaram constantemente, lidar com uma carga horária apertada, planejamentos que só avaliam o essencial, fazendo do aluno pessoas alienadas só recebendo conteúdos e não deixando que eles participem, o estudante precisa dar suas opiniões, e cabe ao professor observar as dificuldades individuais de cada estudante vendo onde ele poderá contribuir com sua própria aprendizagem para que o profissional de sala de aulas não seja o único responsável pelo aprendizado do aluno.

Desse modo, este artigo tem como objetivo geral investigar as dificuldades de aprendizagem da leitura e escrita no contexto da escola.

METODOLOGIA

A pesquisa é bibliográfica de abordagem qualitativa. Foi utilizada uma variável que é a formação de professores, com a qual se trabalhou. A formação do professor compreende as atividades de formação para a docência, e ocorrem:

- a) no período inicial, em cursos nos estabelecimentos de ensino médio e instituições de ensino superior;
- b) e após a formação inicial no que se denomina formação continuada, quando os professores estão atuando em uma unidade de ensino.

Foram estudadas algumas categorias relacionadas a esta variável, que foram: o diagnóstico, a dificuldade de leitura, a dificuldade de escrita que estão conceituadas a seguir para uma melhor análise e discussão uniforme dos termos, tendo em vista que há diversos autores que definem estas categorias sob diferentes prismas.

O diagnóstico a que se refere este estudo é uma investigação personalizada que busca identificar as necessidades específicas do aluno, considerando suas potencialidades e os contextos educativo e sócio-familiar, que determinam o seu desenvolvimento. E tem um caráter preventivo, dinâmico e psicopedagógico.

A dificuldade de leitura é uma deficiência no desenvolvimento da leitura que produz uma modificação relevante no rendimento escolar e na vida pessoal do aluno, e que não se refere a um problema neurológico, ou deficiências: mental, auditiva, visual; e muito menos a uma escassa escolarização

E as dificuldades de escrita ocorrem diante de uma deficiência considerável no desenvolvimento da escrita, que não estão relacionadas às deficiências: auditiva, visual, mental ou a uma alteração neurológica; e nem a uma insuficiente escolarização. E provoca mudanças substanciais no rendimento escolar e no cotidiano do aluno.

A modificação que ocorre no rendimento escolar é em relação ao próprio aluno e à sua evolução, e não necessariamente ao grupo a que o aluno pertence, pois pode haver diferenças significativas entre a vida escolar, familiar e social que determinam o desenvolvimento dos alunos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

a) O aluno e a leitura e escrita

A vida do homem na era contemporânea é toda pontuada por documentos escritos. Por tal motivo, convivemos com leitura e escrita por todos os lados através de letreiros de ônibus, rótulos de produtos, outdoors, jornais, revistas, televisão, bilhetes e e-mails. Somos obrigados a saber ler, escrever e compreender o que está escrito para conseguir viver e conviver em sociedade.

A função primordial da escola é ensinar a ler e escrever. Os professores trabalham conhecimentos, capacidades e compreensão, trazendo aos alunos textos de diversos tipos para observação e manuseio. Aos poucos estes vão aprendendo para que servem os

materiais com os quais trabalham, como são usados e identificam suas particularidades físicas.

Ao longo da vida estudantil os alunos se conscientizam de que os textos por eles produzidos um dia serão lidos por eles mesmos ou por outras pessoas e assim preocupam-se em conseguir uma caligrafia legível, ortografia correta e boa apresentação estética. Da mesma forma descobrem que há muito tempo leitura e escrita estão ligadas e percebem a importância da leitura.

Com o tempo os estudantes vão desenvolvendo habilidades para leitura, e aprendendo diversas formas de ler para utilizar de acordo com o seu propósito. No entanto, nem todos os estudantes têm a mesma facilidade para aprender a ler e escrever, por isso faz-se necessário que o professor avalie seus alunos ao longo das aulas e trabalhe nas dificuldades de cada um.

Atualmente nas escolas é comum se deparar com crianças que tem dificuldade de aprendizado. Essas dificuldades se dão por vários motivos: falta de acompanhamento dos pais, que muitas vezes não tem alfabetização suficiente para ajudar seus filhos, falta de atenção, desinteresse pelo que é apresentado em sala de aula, baixa auto-estima, deficiências, dislexia entre outros problemas (MOURA et al, 2019).

Dessa maneira, com intuito de minimizar essas dificuldades na escola, surge, a “Política Nacional de Educação Especial” que foi publicada em 1994 pelo Ministério da Educação e do Desporto do Brasil, e a “Política Estadual de Educação Especial” do Ceará, lançada em 1997, pela Secretaria da Educação Básica, definem que a educação especial deve ser oferecida a alunos com deficiências: mental, visual, auditiva, física, múltipla; com altas habilidades e condutas típicas.

Nestes termos excluía os alunos com dificuldades de aprendizagem, que oficialmente não recebiam nenhum atendimento por parte dos professores e especialistas em educação especial.

A Declaração de Salamanca (A Declaração de Salamanca foi uma Conferência Mundial que discutiu as Necessidades Educativas Especiais, patrocinada pela UNESCO, que reuniu 92 países e 25 ONGs.) de 1994, prevê que o conceito de Necessidades Educacionais Especiais (NEE) deve ser ampliado de modo que inclua todas as crianças, que por algum motivo, não estejam sendo beneficiadas pela escola, assim sendo este conceito deverá incluir além das crianças excepcionais, aquelas que apresentam dificuldades temporárias ou permanentes na escola (UNESCO, 1994).

Em 03/07/01 o Conselho Nacional de Educação aprovou as “Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica”, na qual está posto que a clientela da educação especial inclui alunos com necessidades educacionais especiais com “dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultam o acompanhamento das atividades curriculares” (art. 5º)

Deste modo, oficialmente, até 2001 cabia ao professor do ensino regular a responsabilidade pelo processo de aprendizagem dos alunos com dificuldades de leitura e de escrita, e na grande maioria das vezes os professores não estavam preparados para mediar essa aprendizagem.

Se na escola não há, um conhecimento claro sobre o diagnóstico das dificuldades de leitura e de escrita, isto poderá provocar distorções nas formas de identificá-las e nas estratégias de intervenção, podendo colaborar para legitimar o fracasso escolar, a segregação e exclusão dos alunos com tais dificuldades. Para evitar que isto aconteça, é necessário que os professores estejam preparados para enfrentar estas dificuldades. Por meio de conhecimento teórico o professor produz novos saberes construídos a partir de sua realidade.

De acordo com as contribuições da teoria de Vigotski (1896-1934), o professor precisa ter o domínio de sua atividade, pois a instrução escolar ocorre sobre funções psicológicas que não estão maduras, então à medida que ele orienta uma tarefa e o aluno a executa está sendo gerada uma aprendizagem que conduz ao desenvolvimento do conhecimento.

O professor tem que se apropriar destes conteúdos a fim de promover o desenvolvimento do aluno. Deste modo a formação do professor deve incluir espaços onde ele possa aprender novos conhecimentos, discutir com outros colegas e refletir sobre sua prática pedagógica, a fim de superar as dificuldades encontradas.

Entretanto o que se observa, em grande maioria, na nossa realidade são professores que trabalham dois turnos na escola e estudam no outro turno, ou estudam aos finais de semana e nas férias. O excesso de atividade a que os professores são submetidos é um dos elementos que dificultam para discussão, reflexão, e para a aprendizagem de novos conhecimentos.

b) As dificuldades de leitura e escrita mais incidentes em sala de aula

A aprendizagem, a leitura e a escrita são processos sistemáticos, construídos diariamente no meio social. A dificuldade de aprendizagem de leitura e escrita pode estar ligada com disfunções neurológicas como a dislexia, que pode acarretar lentidão na aprendizagem, dificuldade de concentração, troca de letras com sons ou grafias parecidas, entre outros problemas.

A Dislexia é uma disfunção neurológica que apresenta como consequência dificuldades na leitura e escrita, distúrbio ou transtorno de aprendizagem na área da leitura, escrita e soletrada, que impede uma criança de ler e compreender com a mesma facilidade com que fazem as crianças da mesma faixa independente de qualquer causa intelectual, cultural ou emocional, a dislexia é o distúrbio de maior incidência nas salas de aula.

Segundo García (1998, p.173) a dislexia tem seu início em torno dos 7 anos ou, em casos mais graves, antes, no nível anterior, crianças disléxicas geralmente possuem um quociente de inteligência acima da média, nesses casos ou em casos mais leves, o distúrbio só é detectado mais tardiamente, em torno dos 9 anos ou mais.

Dislexia é causa dos distúrbios de leitura, porque a criança disléxica demonstra sérias dificuldades com a identificação dos símbolos e gráficos no início da sua alfabetização, o que acarreta fracasso em outras áreas que dependem da leitura e da escrita. Em geral, ela é considerada relapsa, desatenta, preguiçosa, sem vontade de aprender, o que cria uma situação emocional que tende a se agravar, especialmente em função da injustiça que possa vir a sofrer. (JOSÉ, 2004, p.91)

Ao contrário do que muitos pensam a dislexia não é o resultado de má alfabetização, desatenção, desmotivação, condição sócio-econômica ou baixa inteligência. Ela tem sido vista como uma condição hereditária devido as alterações genéticas, mas tal só acontece numa pequena percentagem de casos. Ela também é caracterizada por apresentar alterações no padrão neurológico.

O quadro estatístico mundial afirma que cerca de 15% a 30% das crianças em idade escolar, apresentam dificuldades de aprendizagem, e desse quadro cerca de 10% a 15% da população mundial é disléxica. Selikowitz (2001, p.48) diz que a dislexia é, portanto, uma forma de dificuldade específica de aprendizagem onde a leitura é a habilidade particularmente afetada e que o diagnóstico da dificuldade específica de leitura é baseado no grau de atraso da leitura e não em tipos específicos de erros que a criança comete.

O diagnóstico precoce é imprescindível para o desenvolvimento contínuo das crianças disléxicas; reconhecer as características é o primeiro passo, para que se possam evitar anos de dificuldades e sofrimentos, induzindo esta criança, fatalmente ao desinteresse pela escola. Crianças com dificuldades escolares necessitam de atenção, de educação e ensino diferenciados para que possam desenvolver suas habilidades, e quanto mais cedo for detectado o problema, melhores serão os resultados.

O dislético sempre contorna suas dificuldades. Numa primeira etapa da aprendizagem, algumas crianças podem apresentar estas características, e esses são considerados erros normais dentro do processo da aprendizagem, é preciso então, distinguir, essas dificuldades das dificuldades disléxicas que são mais profundas, constantes e contínuas.

Uma incapacidade para ler não somente cria problemas para a aprendizagem escolar como leva à dependência em relação a outras pessoas numa intensidade que não se espera nas crianças com inteligência normal. Reprovações e abandono escolar são ocorrências comuns na vida escolar do dislético.

Os disléxicos precisam de tratamento especializado tanto quanto outros deficientes na área da linguagem, mas precisam, e muito, do auxílio do professor. É somente através de um trabalho paciente e constante que o professor poderá prestar à criança a ajuda que ela tanto necessita. O professor tem o papel de dirigir um olhar flexível para cada aluno que tenha dificuldade. Principalmente compreender a natureza dessas dificuldades, buscar um diagnóstico especializado e uma orientação para melhorar o dia-a-dia da criança.

O atual sistema escolar é desenvolvido para a maioria, que é não Dislética, os Disléxicos ficam a margem de um sistema educacional que os exclui e os aprisiona. Como educadores, é preciso caminhar por conta própria, em busca das informações necessárias para que este quadro se modifique.

Alguns estudos mostram que, dentre os inúmeros conceitos existentes, a Dislexia é uma desordem na maneira pela qual o cérebro processa a informação. É enfim, uma combinação de habilidades e dificuldades.

c) As contribuições do diagnóstico adequado para as dificuldades de aprendizagens

As dificuldades de leitura e de escrita são historicamente determinadas, e o diagnóstico tem que analisar todos os aspectos que contribuem para a produção destas dificuldades.

O diagnóstico das dificuldades de leitura e de escrita em seu processo evolutivo foi analisado sob diferentes pressupostos teóricos. Que inclui desde a visão quantitativa, ou fundamentada nas teorias biológicas até a versão atual, baseada no estudo personalizado, e no caráter dinâmico e sócio-histórico-cultural.

No Ceará, é comum o uso de testes psicológicos no diagnóstico das dificuldades de leitura e de escrita, que nem sempre estão de acordo com o contexto histórico-cultural do aluno. São testes validados há dez ou vinte anos atrás na região sul do Brasil, que não foram adaptados à nossa realidade e que dependendo da interpretação do avaliador, podem apresentar um diagnóstico errôneo.

O diagnóstico psicopedagógico não pode ser considerado como um momento estático, pois é uma avaliação do aluno que envolve tanto os seus níveis atuais de desenvolvimento, quanto as suas capacidades e possibilidades de aprendizagem futuras.

Assim sendo, entende-se que a Psicopedagogia auxilia no processo da alfabetização, pois através dos estudos da pedagogia juntamente com a psicologia o atendimento à criança com necessidade de atendimento especial se aperfeiçoou, visto que uma das preocupações dos professores e envolvidos diretamente ao processo de ensino-aprendizagem está centralizado no desenvolvimento cognitivo do aluno nas diversas modalidades de ensino (MOURA et al, 2019).

Por muitos anos o diagnóstico era uma tarefa exclusiva dos especialistas, que analisavam algumas informações dos alunos, obtidas através da família e às vezes da escola, e logo após devolviam um laudo diagnóstico, quase sempre com termos técnicos incompreensíveis.

Entretanto, esta visão de diagnóstico centrado exclusivamente nas mãos dos especialistas está mudando, a proposta atual é que o diagnóstico seja um trabalho conjunto onde todas as pessoas que estão envolvidas com o aluno devem participar, e não apenas atuar como coadjuvantes desse processo. A atuação e contribuição do professor são imprescindíveis nesta mudança de padrões.

O diagnóstico não é um estudo das manifestações aparentes que ocorrem no dia-a-dia escolar, é uma investigação profunda, na qual são identificadas as causas que

interferem no desenvolvimento do aluno, sugerindo atividades adequadas para correção e compensação das dificuldades, considerando as características de cada aluno.

O diagnóstico não deverá somente fundamentar uma deficiência, mas apontar as potencialidades do indivíduo. Não é simplesmente o que este tem, mas o que pode ser e como poderá se desenvolver.

Segundo Fernández (2000) é preciso estruturar um roteiro para obter as informações necessárias à intervenção. Quanto aos aspectos relativos ao desenvolvimento do aluno, devem ser selecionados os dados relevantes para a caracterização psicopedagógica. Considerando os seguintes fatores:

1. Biológicos – dados de saúde, neurológicos, sensoriais, físicos, dentre outros.
2. Intelectuais – como funcionam as capacidades elementares, como a percepção, atenção, memória, processamento de informação, processos de raciocínio.
3. Motores – capacidade de deslocamento, de mobilidade e manipulativa, controle da postura.
4. Comunicativos – as suas formas de utilização da linguagem.
5. Adaptativos e de inserção social – como é o relacionamento do aluno com os demais componentes do seu grupo.
6. Emocionais – o grau de bem-estar, auto-estima, auto-imagem, confiança em si e nos colegas.
7. Competência curricular – o que o aluno é capaz de fazer relacionado aos objetivos propostos pelo currículo, e quais os tipos de ajuda que ele necessita para alcançá-los.
8. Estilos de aprendizagem – quais as condições físicas e ambientais da sala de aula, quais os conteúdos que oferecem maior confiança, como e em quais condições se dá a concentração da atenção, estratégias utilizadas na resolução de problemas, que níveis de ajuda precisa para executar uma tarefa.
9. Motivação para aprendizagem – quais as atividades motivadoras, como vêm os êxitos e fracassos escolares.

As informações relativas ao entorno devem incluir dados: - da sala de aula: os estilos de ensino, o relacionamento do professor com os alunos, a experiência profissional docente; - da escola: projeto político pedagógico; - e do contexto sócio-familiar: colaboração e integração da família na escola, atitude dos pais diante das dificuldades dos

filhos, estilo de moradia, recursos presentes no local onde reside, relações interpessoais na comunidade onde vive.

Sejam quais forem os instrumentos aplicados no diagnóstico das dificuldades de leitura e de escrita não se pode perder de vista o condicionamento sócio-histórico: "Os instrumentos a serem utilizados devem prever provas, observações, entrevistas; e todos estes procedimentos devem estar contextualizados com a realidade do aluno e do processo ensino e aprendizagem. "(BASTOS, 2001b, p.217)

A intervenção tem que ser adequada às necessidades do aluno. Se existem habilidades deficitárias que precisam ser desenvolvidas então é necessário fazer um trabalho de reabilitação no qual a modalidade a ser trabalhada é corretiva e compensatória, tendo o aluno como centro da atenção. O ideal é que haja um trabalho pedagógico preventivo constante, enriquecendo e desenvolvendo as habilidades do aluno, trabalhando todo o contexto em que ele está inserido, envolvendo a escola, a família, a comunidade.

As estratégias de intervenção devem estimular as potencialidades dos alunos e utilizar as vias de acesso individual para a aprendizagem, analisando os níveis de ajuda. O professor tem que estar consciente de seu papel como mediador de aprendizagem.

Porém os professores também têm muitos empecilhos para ajudar alunos com dificuldades (principalmente em cidades pequenas), em diversos casos não é possível contar com colaboração da família porque são comuns as famílias em que os pais não são alfabetizados, não tendo assim condições para ajudar os filhos que venham a apresentar dificuldades.

O professor ainda encara problemas por falta de um projeto pedagógico direcionado às dificuldades dos alunos e não pode contar com a ajuda de especialistas para crianças com dificuldades específicas, muitas vezes não tem acesso nem a formas de identificar essas dificuldades. Fica exclusivamente nas mãos do professor a responsabilidade de ajudar a superar os problemas que esses alunos certamente terão por não aprender com a mesma facilidade que os demais.

Função que se mostra um desafio considerando a realidade dos professores de hoje, devido à carga horária lotada, salas que comportam muitos estudantes e pouco tempo para se dedicar mais a alunos que precisam de uma atenção especial os professores se obrigam a nivelar os conhecimentos de forma apressada para tentar manter o plano da

aula e não atrasar o andamento da aprendizagem. Sendo assim precisam realizar um grande esforço para manter o desenvolvimento de alunos com dificuldades.

Observou-se que o diagnóstico realizado pelas professoras está centrado unicamente na produtividade que o aluno apresenta em sala de aula, outros componentes do diagnóstico não são considerados, tais como a interação do aluno com os colegas, as relações que ele estabelece com o seu entorno, o nível de desenvolvimento proximal do aluno, as condições que são oferecidas pela escola, família e comunidade para ajudar no seu desenvolvimento.

Diante disso Vigotski (1997) critica o uso de teste psicológicos que só quantificam as dificuldades dos alunos, além de apresentar as suas características negativas, ou seja, aquilo que ele não é capaz de fazer.

Há também professores que diagnosticam as dificuldades de leitura e de escrita quando percebem que os alunos não lêem e não escrevem. Os depoimentos de professores geralmente não revelam que os alunos têm dificuldade de leitura e de escrita, e sim ausência da aquisição de leitura e de escrita, o que pressupõe que estes alunos necessitam participar de um programa de alfabetização, reforço, tanto na escola como na própria casa ou por pessoas capacitadas para em seguida retornar para o ensino em ciclos.

Vigotski (1896-1934) acreditava que o desenvolvimento humano é determinado pelo contexto histórico-cultural em que o sujeito está inserido. Ele propôs a Lei da Dupla Formação Psíquica, onde defende que toda função do desenvolvimento cultural primeiro existe no meio social para depois passar para o plano individual.

Outro aporte teórico de Vigotski que é importante para a compreensão do desenvolvimento foi o conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal (ZPD), que revela a distância entre o que o sujeito pode fazer com a ajuda dos outros e o que pode executar só, quando faz algo sozinho diz-se que o sujeito alcançou o nível de desenvolvimento atual.

O trabalho do professor e da educação é promover as zonas de desenvolvimento proximal dos sujeitos para que ocorra aprendizagem e, conseqüentemente, o desenvolvimento.

Para a Psicologia histórico-cultural o diagnóstico psicopedagógico tem que analisar todo o entorno que o aluno vive, além de utilizar provas e testes que estejam contextualizados com a realidade do aluno, deve envolver todos os profissionais que

atuam na educação da criança, além da família. E, sobretudo apontar as potencialidades do aluno para que haja uma intervenção adequada.

Outra questão abordada neste artigo refere-se ao auxílio de outros profissionais para a realização do diagnóstico. Observa-se que os professores na maioria dos casos trabalham sozinhos, que a ajuda de especialistas é praticamente inexistente, por não ser oferecido recursos para esses profissionais o mercado para eles é de total escassez, falta também incentivo por parte dos governantes que não dão maior valorização a esses casos especiais.

Constata-se que alguns alunos não recebem nenhum acompanhamento educacional em casa, o que provoca de certa maneira uma ruptura do trabalho que é feito na escola, e toda responsabilidade pela educação das crianças fica concentrada na escola.

É importante mencionar que quase sempre as dificuldades que a família tem em auxiliar na educação dos filhos ocorrem em virtude da situação educacional dos pais que são analfabetos, ou conhecem pouco o mundo da leitura e escrita, existem casos de que os familiares não estão conciliando a vida corrida de trabalho com a vida familiar, deixando de ver os resultados alarmantes de crianças com dificuldades de desenvolver o que é básico na fase que se encontra, esses pais ficam sendo incapaz de ajudar os filhos na escola achando que estão fazendo tudo dando somente o sustento depositando a responsabilidade somente na escola .

Resta aos professores realizar diversas atividades e exercícios usando da criatividade e dos poucos materiais existente, para chamar a atenção como: trabalhos diversificados de acordo com a necessidade, produção e construção de textos e frases, recortes, colagens, pinturas, dobraduras, dinâmicas, dramatizações (teatros, apresentações, danças, músicas, poesias, etc.), criações de situações problemas, recreações dirigidas, uso de fantoches, oficinas, leitura de palavras, incentivo aos pais no processo ensino aprendizagem, trabalhos de coordenação motora, caligrafia, artes visuais, treino ortográfico, histórias em quadrinhos, descrever desenhos, atividades de ortografia.

Deste modo é necessário que os professores compreendam que a aprendizagem é um processo mediado, dialético e contextualizado, e cabe a eles a responsabilidade de conduzir o aluno, através de situações de aprendizagem, que conduzam ao crescimento e a progressividade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho observa-se que na formação inicial e continuada dos professores não há atividades que preparem o docente para a realização do diagnóstico das dificuldades de leitura e escrita. Tal fato provoca na prática do professor o uso do senso comum e a repetição de experiências exitosas em outras realidades.

As professoras não têm uma concepção científica do que são as dificuldades de leitura e de escrita, algumas confundem as dificuldades com a ausência de leitura e de escrita, no caso dos alunos que ainda estão em fase de alfabetização.

O diagnóstico que é realizado atualmente baseia-se unicamente na deficiência que o aluno tem, não são consideradas suas potencialidades, nem o contexto histórico cultural em que se desenvolveu. Os alunos não são trabalhados no desenvolvimento de formação da aprendizagem.

Em nosso contexto, ainda há uma forte influência do diagnóstico tradicional, onde a família e a escola recebem dos especialistas um laudo com o “rótulo” que o aluno recebeu e algum prognóstico.

Quanto ao acompanhamento personalizado aos alunos, observa-se que o excesso de alunos em cada sala de aula é a justificativa utilizada pelos professores para um tratamento homogêneo a todos os alunos. O planejamento pedagógico é único, aplicado pelas professoras a todos os alunos.

Alguns professores utilizam atividades de intervenção com os alunos que têm dificuldades de leitura e de escrita, geralmente estas atividades são chamadas de aula de reforço, e são aplicados exercícios do método silábico para desenvolver a leitura e a escrita destes alunos.

Não há um acompanhamento sistemático do trabalho dos professores que não recebem o auxílio de especialistas para desenvolverem a contento suas atividades. O acompanhamento pedagógico na escola é insuficiente para suprir as necessidades. Os professores sentem uma enorme vontade de ajudar seus alunos mas não sabem como proceder, e freqüentemente sentem-se angustiadas por isso.

Os professores não têm carga-horária disponível para discutirem a evolução da aprendizagem dos alunos. Na hora do planejamento das aulas mal dá tempo planejar as atividades a serem desenvolvidas com os alunos. Eles dão aula praticamente uma semana por mês em cada turma do ciclo (por causa do rodízio), assim o acompanhamento

personalizado ao aluno inexistente, tendo em vista que o colegiado dos professores só se reúne para planejar as aulas.

A participação da família na escola é restrita às reuniões de pais agendadas pela escola, geralmente bimestralmente, e as atividades desenvolvidas por aqueles que integram o conselho escolar. Os professores têm problemas porque os pais não acompanham os estudos dos filhos.

No Brasil e no Ceará há poucos trabalhos científicos que analisem o diagnóstico das dificuldades de leitura e de escrita em língua portuguesa, o que dificulta o acesso dos professores e professoras a este conteúdo. A maioria dos trabalhos que estão disponíveis consideram o desenvolvimento humano de modo natural e linear, não há uma análise do desenvolvimento como resultante de um processo histórico-cultural. Então, são utilizados provas e testes que não estão coerentes com a realidade dos alunos.

Deste modo, observou-se a necessidade da elaboração de um programa de formação de professores, a fim de que eles possam ter uma preparação adequada para a realização do diagnóstico das dificuldades de leitura e de escrita. As universidades precisam rever seus currículos, e a formação continuada oferecida pelas Secretarias de Educação tem que suprir esta carência na formação docente.

REFERÊNCIAS

BASTOS, Marbênia Gonçalves Almeida. O diagnóstico psicopedagógico nas dificuldades de leitura e escrita: uma contribuição da teoria sócio-histórica ao trabalho docente. In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE PSICOLOGIA. **Resumos de Comunicações Científicas**. XXXI Reunião Anual de psicologia. Rio de Janeiro, RJ: SBP, 2001b. p. 217.

BOCK, Ana Mercês Bahia, GONÇALVES, Maria da Graça Marchina, FURTADO, Odair (Orgs). **Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia**. São Paulo: Cortez, 2001.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial: livro 1/ MEC/ SEESP**. Brasília: a secretaria, 1994. 66 p.

CEARÁ. **Política Estadual de Educação Especial: integração com responsabilidade**. Fortaleza: Seduc, 1997. 38 p.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – CÂMARA DA EDUCAÇÃO BÁSICA. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Parecer 17/2001. Aprovado em 03/07/2001.

FERNÁNDEZ CABEZAS, Cristina de la Caridad. El diagnóstico psicopedagógico en la práctica educativa. In: CELAEE/UECE. **Antología Evaluación y Diagnóstico**. Fortaleza, 2000.

GARCÍA, JESUS Nicasio. **Manual de Dificuldades de Aprendizagem. Linguagem, leitura, escrita e Matemática**. Trad.Jussara Haubert Rodrigues. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

JOSÉ, Elisabete da Assunção. COELHO, Maria Teresa. **Problemas de Aprendizagem**. São Paulo: Ed.Ática, 2004.

MORENZA PADILLA, Liliana. Los niños com dificultades en el aprendizaje: características fundamentales. In: CELAEE/UECE. **Antología Desviaciones del aprendizaje**. Fortaleza,2000. p. 25-50.

MOURA, A. A. de; RODRIGUES, F. N. C. M.; SOARES, S. L.; FERREIRA, H. S. A psicopedagogia na alfabetização de crianças com dificuldades de aprendizagem. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 23, n. 1, p. 85–102, 2019. DOI: 10.22633/rpge.v23i1.11493. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/11493>. Acesso em: 14 dez. 2022.

SELIKOWITZ, Mark. **Dislexia e outras dificuldades de aprendizagem**. Trad.Alexandre S.Filho. Rio de Janeiro: Editora REVINTER Ltda. 2001.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Enquadramento do Ação**: na área das necessidades Educativas Especiais. Salamanca, Espanha, 7-10 de julho de 1994.

VYGOTSKI, L.S . **Obras Escogidas III**: problemas del desarrollo de la psique. Madrid: Visor Distribuciones, 1995. ISBN 84-7774-115-8.

_____. **Obras Escogidas V**: fundamentos de defectologia. Madrid : Visor, 1997. ISBN 84-7774-129-8.

Recebido em: 14/12/2022

Aprovado em: 15/01/2023

Publicado em: 19/01/2023